



9º Simposio de Ensino de Graduação

DEFICIENCIA MENTAL

Autor(es)

SABRINA MARIA ALVES DA SILVA

Co-Autor(es)

LUCIANA ROMANO

Orientador(es)

MARIA INÊS BACELLAR MONTEIRO

1. Introdução

Segundo a teoria de Vygotski, no início do século XX, o atendimento ao portador de deficiência era limitado à medicina. Tendo em vista que a deficiência era tida como doença crônica e o portador de deficiência era um indivíduo que não podia contribuir para a sociedade, ou seja, o que era exaltado nele eram suas falhas. O mesmo permanecia isolado do restante da população, sem que pudesse ter a chance de mostrar seu potencial, uma vez que para o olhar alheio, ele não tinha capacidade nenhuma.

Este cenário começou a mudar a partir do desenvolvimento da psicologia da aprendizagem, da linguística, da análise experimental do comportamento e demais áreas afins, quando surgem propostas educacionais e alternativas de aprendizagem para os deficientes. Neste período os profissionais acreditam que o deficiente pode aprender. Surge então a Educação Especial, com a criação de escolas especiais e classes especiais em escolas regulares públicas. Focalizando o modelo educacional, a deficiência mental do indivíduo deixa de ser enfatizada e os olhares são voltados para a falha do meio, ou seja, agora a preocupação é proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento e aprendizagem. Com isso, ainda na visão de Vygotski, o aprendizado desses indivíduos só ocorreria se fosse baseado nas transformações sociais (VYGOTSKI, 1995). Em outras palavras, para ele, essa transformação acontece quando qualquer indivíduo entra em contato com experiências concretas através do grupo social que se está inserido, assim como os deficientes mentais.

No Brasil são criadas leis que garantem ao deficiente acesso à educação pública. De acordo com o inciso III do Art. 208 da Constituição Brasileira “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino” (Canzianni, 1994). Uma das diretrizes propostas pelo documento elaborado pela Corde e pelo Departamento de Educação Especial do MEC propõe: “apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências... dar prioridade quando do financiamento, a projetos institucionais que envolvam ações de integração...” (Corde/MEC-DEE, 1992).

2. Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo retratar as dificuldades enfrentadas pelo deficiente mental em sua inclusão em salas de aula do ensino regular numa perspectiva mais geral.

3. Desenvolvimento

Primeiramente é preciso romper as barreiras do preconceito e encher o deficiente como um ser humano capaz, independentemente de suas limitações físicas e/ou psicológicas. Partindo deste princípio o professor poderá obter resultados positivos com seus alunos “especiais”, sempre que levar em conta que tais alunos não precisam ser poupados de certos conteúdos pelo medo que o professor pode vir a ter de desafiá-los. Outro fato importante que será discutido nesse trabalho é que, por conta da evolução de vários exames de pré-natal, pode-se diagnosticar ainda no ventre da mãe se o bebê terá alguma deficiência mental. Por conta disso, essa criança já nasce estigmatizada e rotulada como incapaz até mesmo de aprender a brincar com um simples chocalho. Os pais devem aguçar a curiosidade e a vontade de descobrir sons, movimentos e sentidos, através da imaginação dela, fazendo com que a criança interprete e compreenda o meio real pelo imaginário infantil.

Mostrando através das leituras feitas, o processo de aprendizado que ocorre numa sala de aula, mais especificamente no ensino da língua inglesa. Esperamos mostrar, com isso, que o aluno com deficiência mental tem plena capacidade de aprender Inglês assim como qualquer outra criança. O que se mostrará diferenciado é a preparação do educador em casos assim. Ele deverá fazer certas adaptações em exercícios, dar explicações mais detalhadas, mais visuais, no entanto, entende-se após nossas reflexões, que em se tratando de aprendizagem, as crianças (todas) possuem características semelhantes, as de alunos. Uma vez que explicações detalhadas, exercícios diversos e o uso de ferramentas visuais, são características de aulas em escolas que são tidas como “normais”.

4. Resultado e Discussão

De acordo com tudo que foi dito anteriormente, conclui-se que o deficiente mental deve ser visto pela sociedade como um ser humano com habilidades e dificuldades como qualquer outra pessoa. Diante de uma longa história de privações e faltas de oportunidades o mesmo se encontra em uma sociedade onde muitas adaptações precisam ser feitas para proporcioná-lo igualdade de aprendizado. Mas constatamos ao final dessas reflexões que o ensino da língua inglesa, em particular, é plenamente possível de ser realizado com alunos com deficiência mental.

5. Considerações Finais

No entanto, destacamos alguns pontos importantes para tal prática, tais como, as modificações pedagógicas que facilitarão a compreensão desses alunos, como aulas expositivas, ou uso de figuras; maior preparo dos professores, bem como maior interesse e engajamento desses nesse ensino especificamente; um trabalho em conjunto entre professores, pais e diretores de escolas; incentivar a imaginação das crianças para que elas possam entender melhor a realidade delas através da habilidade do pensar, e por fim, contextualizar sempre o uso do inglês para que os alunos possam ter mais facilidade em entender e dar significado ao que se está aprendendo.

Por fim, concluímos que o trabalho do professor com um aluno que tenha deficiência mental não se difere muito de um aluno considerado normal, uma vez que o preparo das aulas, o cuidado com metodologias diferenciadas, a utilização de diversas ferramentas, a contextualização e a auto-avaliação de cada professor, são práticas pertinentes ao ato de lecionar, independente das possíveis deficiências. Com tudo isso, a eficácia do professor e o sucesso de seus alunos serão conseqüências naturais nesse processo de aprendizado.

Referências Bibliográficas

GLAT, Rosana - A Integração Social dos Portadores de Deficiência: Uma Reflexão.

Secretaria da Educação, Educação Especial Deficiência Mental.

PINTO, Gláucia Uliana & GÓES, M^ªCecília Rafael de – Deficiência, Imaginação e Mediação Social: Um Estudo.

OLIVEIRA, Sabrina Camargo de – Sentidos e Significados Sobre Inclusão e Ensino-Aprendizagem: Reflexões de um Aluno com Necessidade Especial e de Sua Professora de Inglês. PUC-SP.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas & REDIG, Annie Gomes – Adaptações Curriculares no Processo de Aprendizagem da Língua Inglesa por Uma Aluna com Síndrome de Down. UERJ/NEI.

PADILHA, Anna M^ªLunardi – Práticas Educativas: Perspectivas que se Abrem Para a Educação Especial.